



**1ª.COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E
RECURSOS HUMANOS**

Reunião do dia 22 de Junho/15

Parecer da Proposta nº. 302/2015 – " 1.ª Revisão Orçamental de 2015"

O presente Parecer foi aprovado por Unanimidade.

Relator - Deputado Hugo Lobo

Presidente - Deputada Maria Irene Lopes

Proc. _____ / _____
ENT. 2046/SG/DAOSM/GAAM/45
DATA 22/06/15
Aze Fernandes



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS

Parecer

Relativo à Proposta n.º 302/CM/2015 - "1.ª Revisão Orçamental de 2015"

NOTA INTRODUTÓRIA

A Proposta n.º 302/CM/2015, subscrita pelo Vereador das Finanças, Recursos Humanos e Turismo, João Paulo Saraiva, e aprovada por maioria na reunião da Câmara Municipal de 22 de maio de 2015, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa [AML]:

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Lisboa aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove as Opções do Plano para o quadriénio 2015-2018 e o Orçamento para 2015;

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta para a 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até ao dia 29 de Junho de 2015, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017¹.

Em 15 de Junho a Comissão reuniu para audição do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, sobre o conteúdo da Proposta.

¹ Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.

2. CONSIDERANDOS

A proposta em apreço resulta da necessidade de inscrição do orçamento em vigor do saldo de gerência de 2014, no montante de 11.091.076,33 euros, que deve ser feita em sede de revisão orçamental, nos termos do articulado do Decreto-Lei n.º 54/99

Do saldo em causa, 72.903,20 euros dizem respeito a financiamento no âmbito do Programa de Investimento Prioritário em Áreas de Reabilitação Urbana e o remanescente se trata de receita não consignada, destinada a capitais próprios

A proposta visa também acautelar necessidade de inscrição, no orçamento aprovado pela AML, de rubricas de despesa específicas que contemplem o eventual pagamento de indemnizações aos trabalhadores que pretendam aderir ao Programa de Rescisões nas condições previstas pela Portaria n.º 209/2014, de 13/10

No orçamento em vigor deverá ainda ser inscrita uma rubrica específica para a aquisição das ações da Valorsul alienadas pela ParqueExpo à EGF, na proporção do capital social detido pelo município de Lisboa

3. CONCLUSÕES

A Câmara Municipal de Lisboa é competente para apresentar à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa a Proposta n.º 302/2015

A Assembleia Municipal de Lisboa é competente para deliberar sobre a mesma

Resulta claro dos fundamentos da proposta e do enquadramento legal a necessidade de proceder à reafectação do saldo de gerência de 2014 pelas rubricas consideradas pertinentes, novas ou já existentes, do orçamento em vigor.

A Comissão toma boa nota da disponibilidade manifestada pelo Senhor Vereador das Finanças, em sede de reunião de executivo municipal em que ocorreu a aprovação da

proposta, no sentido de detalhar e prestar ainda mais informação de fundamentação de futuras propostas de revisão orçamental.

A proposta em causa encontra-se em condições de ser debatida e votada em sede de assembleia municipal, reservando as forças Políticas e os Deputados Independentes o seu sentido de voto para reunião plenária da Assembleia Municipal de Lisboa.

O presente Parecer foi aprovado por Unanimidade.

Lisboa, 22 de junho de 2015

A Presidente da 1.^a Comissão,



Irene Lopes

O Deputado Relator,



Hugo Lobo